

O DISCURSO GEOPOLÍTICO DE INTEGRAÇÃO EM NELSON WERNECK SODRÉ: UMA ANÁLISE SOBRE O SERTÃO (INTERIOR) BRASILEIRO

Rodrigo Guimarães¹ (IC)*, Marco Túlio Martins²

¹-Bolsista de Iniciação Científica (PBIC/UEG) Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Itapuranga

²-Professor da Universidade Estadual de Goiás, Campos Itapuranga
rodrigoguimaraesgeografia@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central analisar o discurso do intelectual e geopolítico militar Nelson Werneck Sodré acerca do território brasileiro. Foi colocado em destaque na análise a importância dada pelo intelectual na efetivação do processo de construção das infraestruturas de transporte para a consolidação do processo de integração do território. Para isso, Sodré elaborou um projeto territorial voltado para a função que as redes hidroviárias tiveram no processo de interligação das diferentes e distantes regiões brasileiras. Ligado à questão das hidrovias, Nelson Werneck Sodré fez uma análise da centralidade apresentada pelas Bacias do Prata e Amazônica no que diz respeito à geoestratégia nacional desde antes da fundação do Estado brasileiro, acompanhando um discurso que é anterior ao período do autor: o mito da ilha Brasil. E por fim coloca-se em destaque o papel da pequena propriedade colocado por Sodré como um símbolo do desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Projeto territorial. Redes hidroviárias. Infraestruturas de transportes. Sertão. Cartografia.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo central analisar o discurso do intelectual e geopolítico militar Nelson Werneck Sodré acerca do território brasileiro. Foi colocado em destaque na análise a importância dada pelo intelectual na efetivação do processo de construção das infraestruturas de transporte para a consolidação do processo de integração do território. Para isso, Sodré elaborou um projeto territorial voltado para a função que as redes hidroviárias tiveram no processo de interligação das diferentes e distantes regiões brasileiras. Ligado à questão das hidrovias, Nelson Werneck Sodré fez uma análise da centralidade apresentada pelas Bacias do Prata e Amazônica no que diz respeito à geoestratégia nacional desde antes da fundação do Estado brasileiro, acompanhando um discurso que é anterior ao período do autor:

o mito da ilha Brasil. E por fim coloca-se em destaque o papel da pequena propriedade colocado por Sodré como um símbolo do desenvolvimento capitalista.

O discurso deste autor na primeira fase de sua obra foi caracterizado pelo papel desempenhado pelos “caminhos naturais”. Esses, na visão do autor, contribuíram para o processo de manutenção da extensão territorial existente atualmente. As bacias do Prata e Amazônica foram apresentadas com destaque na obra werneckiana envolvidas num discurso geopolítico da integração e manutenção da extensão territorial.

Sodré discorre durante as obras da sua primeira fase intelectual sobre as terras do interior brasileiro que poderiam ser consideradas como as terras das águas, fazendo referência ao encontro entre as duas bacias no interior do território. Diante do discurso do autor, pode-se fazer uma aproximação com a criação do mito da ilha-Brasil do período colonial que foi extremamente utilizado em prol de um discurso para a manutenção da extensão territorial brasileira. O mito da ilha-Brasil foi idealizado por vários cartógrafos, viajantes e cientistas do período colonial e fazia referência à existência de uma terra tomada pelas águas. No discurso do autor percebe-se uma aproximação entre as suas argumentações e o mito. Trabalhar-se-á neste espaço fragmentos do discurso de Nelson Werneck Sodré sobre as duas principais bacias hidrográficas do território brasileiro comparando com aspectos do discurso da “ilha Brasil”. Além disso tentou-se demonstrar como o autor defendeu um projeto de Brasil calcado na existência da pequena propriedade, contrário a tudo aquilo que era e é realidade até hoje no Brasil, sobretudo nos sertões³. A defesa da pequena propriedade estava casada com o discurso do progresso capitalista, pois, os países centrais da economia apresentavam sua estrutura fundiária baseada na pequena propriedade.

Resultados e Discussão

1. O mito da Ilha-Brasil: agente fundante da unidade territorial através das águas

Baseado na contribuição de parte significativa da obra de Jaime Cortesão, historiador que investigou a cartografia colonial e uma vasta documentação deste

período, o mesmo sustenta a tese de que “o Estado lusitano operou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil”.

A produção e confecção da cartografia portuguesa sobre o Brasil “refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois grandes rios, cujas fontes situavam-se em um lago unificador”. (MAGNOLI, D, 1997, p.45).

O mito da Ilha-Brasil e junto a ele a cosmogonia indígena, buscavam “explicações” para a existência de dois grandes rios, os dois, frutos de projeções desenhadas pela visão do homem europeu sobre o desconhecido. A expectativa da procura de riquezas – e a sua procura em si, realizadas pelas viagens do período colonial – objetivavam-se pela demarcação de fronteiras sobre o território colonial. As viagens realizadas no período colonial sobre essa região foram fundamentais para ampliar o conhecimento sobre as terras e a população presente ali, estas tidas como exóticas e selvagens.

O cerne da teoria do mito da Ilha-Brasil, baseado nas contribuições de Jaime Cortesão, constitui-se na possibilidade da existência de uma unidade ecológica dos domínios de florestas pluviais ligadas diretamente aos espaços indígenas e que corresponderia diretamente à área recoberta pela Ilha-Brasil. Para Cortesão, o mito português da Ilha-Brasil é uma “projeção fantasmagórica” da Ilha-Brasil real. (MAGNOLI, D, 1997).

Mas a imaginação teria sido orientada por um desígnio geopolítico, que transformou o relato lendário em mito territorial. O mito da Ilha-Brasil, uma entidade natural, indivisa e isolada, cumpriria a função de contraponto português à ordenação da empresa colonial subjacente ao Tratado de Tordesilhas. Ele teria fornecido uma legitimação poderosa á vontade política expansionista da Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial. Como quer Cortesão (1956, p.135), a Ilha-Brasil teria operado na construção de uma “razão geográfica de Estado” e na definição de um “imperativo geopolítico” para os três primeiros séculos da formação territorial do Brasil. O Meridiano de Tordesilhas, do ponto de vista histórico, representava uma partilha prévia ao empreendimento colonial. Do ponto de vista da sua lógica geográfica, representava uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância do território do Novo Mundo. (MAGNOLI, D, 1997, p.47).

Neste sentido, a unidade do território colonial português tinha nas águas, ou mesmo, no poder simbólico construído sobre elas, o respaldo para uma legitimidade superior sobre o domínio e exploração dessas terras: a unicidade do território lusitano emanava da natureza (as águas; os rios), portanto, algo incontestável. “Uma

faixa líquida contínua, formada pelo arco lendário flúvio-lacustre, emoldurava uma entidade territorial íntegra”. (MAGNOLI, D, 1997).

Segundo Magnoli (1997), Cortesão construiu sua explicação sobre a formação do território do Estado brasileiro tendo como objeto um mito colonial. Contudo, avança na sua explicação tomando este mito não só como um discurso sobre a formação territorial, mas como um mito sobre a origem da nacionalidade.

De qualquer forma, à Ilha-Brasil geográfica correspondeu uma Ilha-Brasil humana, pré-e-proto-histórica. Mas a ilha geográfica e a ilha humana não se integravam exatamente uma na outra. A Ilha geográfica foi um conceito linear e esquemático, ao qual a cartografia acrescentou ainda a ilusão das figurações geometricamente regulares. Sobre ela e dela se alargou e extravasou a ilha humana, que coincidia, sim, com o revestimento vegetal, pois as culturas tupi e aruaque foram essencialmente culturas de floresta tropical de planície. Nas suas relações com a formação territorial do Estado brasileiro, a ilha humana, que assentava, por sua vez, numa ilha econômica, a da floresta tropical de planície e a de certos produtos vegetais, como a mandioca e o milho, sobrelevou em importância à Ilha-Brasil, esquemática e mítica. Desde o século XVI a Ilha-Brasil foi, mais que tudo, uma ilha cultural e, em particular, a ilha da *língua geral*, que se tornou um vigoroso laço unificante do Estado colonial. (CORTESÃO, J, 1956, p.141-2 apud MAGNOLI, D, 1997, p.48).

Diante do exposto, vê-se que a unidade territorial “promovida” pelas águas, representada e construída pelos portugueses e viajantes, compunha-se de um discurso mitológico, mas com intenções ideológicas, no sentido de dar respaldo a um grupo de interesse para com “as terras do Brasil”, no caso, os portugueses, colonizadores e exploradores dessas terras. Neste sentido, não foram construídas representações do que se vê, e sim, representações mitológicas inseridas numa construção dos reflexos ideológicos do que se queria ver.

1.2 A cartografia para o uso dos conquistadores: a materialização do mito

Um dos instrumentos utilizados na construção ideal do mito, possibilitando sua materialização, foi a cartografia. Essa ferramenta técnica possibilitou o desenho do território colonial idealizado pelos portugueses e pelos viajantes do século XVI ao XVIII⁴. A cartografia do território colonial representava o “caminho” construído pelas

⁴ “Ao longo do século XVIII, o apelo ao mítico foi aos poucos dando lugar às observações e estudos mais empíricos sobre os lugares que os navegantes viam durante as viagens pela floresta Amazônica, seguindo o curso dos rios – “planícies de baixo gradiente” (MARTIN, 1996, p.94). Entretanto, não estamos afirmando que, naquele período, as explicações imagéticas tenham sido deixadas totalmente de lado, mas que houve uma relativização desses relatos, ora inferiorizando, ora enaltecendo a fauna, a flora e o homem da região. Esses dois movimentos, segundo Neide Gondin,

águas – dos rios e do lago – que caracterizavam, pela natureza, a unidade dessa região. Algumas das principais contribuições sobre essa cartografia elaborada pelos portugueses e viajantes estão presentes nos textos de Jaime Cortesão⁵, Demétrio Magnoli⁶, Janaina Camilo⁷, Íris Kantor⁸ e Maria de Fátima Costa⁹.

Diante do processo de formação do mito da Ilha-Brasil, Cortesão coloca que a transição estaria materializada nas cartas do Brasil de Diogo Ribeiro, de 1525 e 1527, e no planisfério de André Homem, de 1559. (MAGNOLI, D, 1997). Estas produções cartográficas mostrariam o delineamento de uma grande lagoa que conectava a bacia platina com a bacia amazônica, sendo essas visíveis nesses mapas. Segundo Cortesão (1965), nas cartas do Brasil de Diogo Ribeiro “o Amazonas e o Prata se dirigem ao encontro um do outro pelas suas nascentes, que contravertem, esboçando uma grande ilha” (CORTESÃO, J. 1965, p.343). No planisfério de André Homem (1559) “três afluentes do Amazonas, parecendo o mais oriental ser o Tocantins, se comunicam com o lago central, que é nascente do Paraná e Paraguai” (MAGNOLI, D, 1997, p.50). Em 1561, o mapa-múndi de Bartolomeu Velho, no qual a América do Sul é denominada de *Quarta Pars Orbis*, ilustraria “a quarta forma do mito em formação” (CORTESÃO, J, 1965, p.346).

Diante do exposto, exemplos de produções e projeções cartográficas de 1519 a 1650, elencam-se algumas conclusões no que diz respeito ao papel da cartografia na produção do imaginário geográfico construído sobre o território colonial português.

O conceito de Ilha-Brasil não ficou restrito às produções cartográficas nos séculos XVI e XVII. O conteúdo do mito aparece também nas crônicas quinhentistas e seiscentistas, “nas quais se identifica que as nascentes do Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago interior”. (KANTOR, 2007, p.71).

“inventaram uma Amazônia” que variava do “primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial”. (GONDIM, 1994, 77)”. (CAMILO, J. 2011, p.6).

⁵ CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

⁶ MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

⁷ CAMILO, J. Em busca do país das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*: Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

⁸ KANTOR, I. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, Vol.23, nº37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

⁹ COSTA, M.F. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, nº45, p.21-36, set 2007.

Percebe-se assim, a ligação do mito com um discurso que identifica um processo de exploração e reconhecimento das terras do interior do continente da América do Sul.

Em relação à cartografia produzida pelos espanhóis, a representação da grande lagoa no interior do continente corresponde, atualmente, à região do Pantanal – Mato Grosso. É exatamente esta região considerada por Sodré por “terra das águas”, assunto que discutiremos ulteriormente.

1.3 O interior como a terra das águas: características, pensamento geoestratégico e o uso proposto das bacias do prata e do Amazonas

Um dos temas específicos tratados nas obras *Oeste* e *Panorama do Segundo Império* de Nelson Werneck Sodré refere-se às vias de comunicação criadas pelas águas. O tratamento que o autor confere à temática diz respeito a um pensamento geoestratégico e aos usos econômicos que toda a extensão da rede hidrográfica do Oeste brasileiro fornece como suporte à economia nacional e, portanto, de como essa rede composta pelas duas principais bacias hidrográficas do Brasil são imprescindíveis para o desenvolvimento do país.

Um dos grandes “gargalos” daquele momento histórico no sentido de consolidar a unidade brasileira era a consolidação do mercado interno. Discorrendo sobre as “terras das águas” Sodré promove um discurso geoestratégico de uso desse recurso natural – a água – no sentido de incorporar essas terras na dinâmica litorânea e expandir o mercado consumidor para o interior do país e, consequentemente, fortalecendo o mercado consumidor em consolidação.

No primeiro capítulo do *Oeste*, qual seja, *Panorama*, o autor refere-se pela primeira vez à temática das águas em suas obras. O autor descreve como as águas presentes no Oeste determinam e condicionam o que esse território irá se tornar diante da perspectiva do projeto territorial promovido pelo Estado.

Como neste primeiro capítulo o autor discorre sobre um panorama geral do que são as terras do Oeste, o mesmo, trabalha no sentido de apresentar as dinâmicas existentes nesse território e de como elas, em diferentes momentos, são moldadas pelos “ciclos” das águas. O autor constrói todo o seu discurso com a finalidade de demonstrar como essas terras serão propícias ao desenvolvimento da cultura pastoril – do regime pastoril.

Vale destacar a importância da denominada *geografia simples*¹⁰ do Oeste no que diz respeito à expansão, ocupação e transporte. A *geografia simples* foi imprescindível para o desenvolvimento da economia pastoril num primeiro momento e posteriormente para o desenvolvimento da agricultura. Essa característica do território do Oeste não oferecia limites nem obstáculos para o nomadismo e penetração das populações locais, sobretudo para a figura do *Campeador*¹¹. “Não houve, no Oeste, o contraste, nem mesmo o choque, entre o homem e o solo”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.15). As possibilidades de entrada e ocupação do território do Oeste, entrada essa permitida diversas vezes pela constituição natural dos rios, que as primeiras vilas e cidades começaram a aparecer no interior do país.

No capítulo *A Grande Conquista*, o autor discute os processos que motivaram “o extraordinário movimento expansionista irradiado do planalto piratiningano”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.34). Nelson Werneck Sodré coloca que não foram somente os motivos de ordem social, econômica e antropogeográfica¹² que influenciaram e determinaram a expansão para o interior. O motivo que cumpre uma distinção dentre os outros é o da *função geográfica*: a distinção entre os roteiros terrestres e os roteiros fluviais, cada qual caracterizando um período, sendo o primeiro o bandeirante e o segundo o das monções. Assim, o autor discorre como se deu este processo de ocupação guiado pelos roteiros.

O autor vê os rios como os grandes canais de infiltração e penetração humana no interior do território da América do Sul, sobretudo, na região que é hoje o atual estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sodré constrói um panorama histórico das penetrações que contribuíram para a ocupação territorial do oeste e as formas como as vias naturais possibilitaram esse processo. Ou seja, como as vias naturais – os rios – viabilizaram o processo de (re)conhecimento do território. A partir

¹⁰ Noção utilizada por Nelson Werneck Sodré.

¹¹ Sodré denomina de *Campeador* a figura representante do “modo de vida” das populações existentes no Oeste, muito influenciado pelas teoria da Geografia Francesa do início do século XX. “O campeador tem hábitos firmes e padrão de vida pobre. Suas esperanças fundam-se em pouco. Um cavalo, uma arma, uma cobertura, eis o que ele mais necessita. Andando sempre, de oeste para leste, de sul para norte, conduzindo os rebanhos, não tem pouso certo nem morada definitiva. Dorme no campo ou nos galpões abertos que, de longe em longe, encontra. O poncho é resguardo contra o tempo, coberta para a noite, leito morno onde esquece as canseiras da soalheira tremenda dos caminhos do pantanal ou a tristeza da monotonia dos chapadões que não têm fim. (SODRÉ, N.W, 1941, p.16).

¹² Conceito utilizado por Nelson Werneck Sodré na página 34 tendo como referência a bibliografia de João Ribeiro em *História do Brasil*.

desse momento, a ligação existente entre o discurso de Sodré e o mito da Ilha Brasil fica mais explícito.

Nelson Werneck Sodré construiu seu discurso recontando o processo de ocupação efetivado pelos bandeirantes em terras do Oeste brasileiro – terras do interior. Como suporte para isso o autor descreve os “roteiros” realizados pelos bandeirantes no sentido de conhecer e ocupar o território do oeste.

O discurso em prol da *integridade territorial* é também apresentado pelo autor. Os mapas do Paraguai, organizados pelos jesuítas em 1646, “marcavam a linha de limites entre as terras por eles dominadas e o Brasil cortando o Tietê, Anhembi daqueles tempos, mais ou menos nas alturas do Avanhandava”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.39).

Percebe-se o caráter geopolítico do pensamento de Nelson Werneck Sodré. A discussão “geoestratégica” de agregação de terras pelas conquistas efetuadas pelos bandeirantes, colonizadores e paulistas e a ampliação das fronteiras brasileiras na sua “amplitude natural”, ou seja, até o limite dos rios, das águas do estuário platino, que remonta do processo histórico de formação do território para fazer a defesa de sua unidade e integridade. Esta discussão remonta à conquista de “si mesmo”, conforme Oliveira Vianna ou Everardo Backheuser já faziam em seus trabalhos (Anselmo 1995; 2000). Como vimos no capítulo anterior, esses intelectuais tal como Nelson Werneck Sodré utilizou-se de uma “revisão histórica” para mostrar as suas propostas para a formação do Brasil.

O discurso, ou mesmo a interpretação sobre a existência do mito Ilha Brasil aparece neste momento com maior evidência no discurso de Sodré. O autor não toca em momento algum neste termo, porém, tal “teoria da existência do mito” trabalhada acima aparece no Oeste.

Na configuração geográfica da amplidão brasileira, as duas bacias, a amazônica e a platina, como que se divorciavam. Elas separavam-se, numa linha sinuosa, um chapadão monótono, sem acidente de relevo, no interior da colônia. As águas iniciais nasciam quase juntas. Defrontavam cabeceiras. E escolhiam rumos opostos, quase que por um capricho hidrográfico. As jornadas terrestres de ligação, entre os princípios de águas de uma e de outra eram curtas, breves, faceis. O antagonismo como que se transfigurava, como que avultava, nesse contraste de proximidade divorciada, de capricho irrazoável. **Para a evolução brasileira, para o descobrimento futuro da sua civilização, para o processo social que seguia um ritmo ainda lento, mas que se aceleraria com o crescimento da riqueza e o avultamento demográfico, tal antagonismo figurava como uma permanente ameaça, um repuxo instável de forças, uma divergência capital de energias, convites contraditórios que poderiam ultimar uma separação humana de consequências incalculáveis e**

confirmar hegemonias que cresciam no curso inferior de uma das bacias, buscando infiltrar-se no sentido do interior. (SODRÉ, N.W, 1941, p.42 grifos nossos).

O tratamento dado pelo autor, que discursa sobre uma materialidade natural dando a esta um tratamento de cunho político e geográfico aparece explícito. É a presença desse discurso geográfico que possibilita a Sodré dizer que a não integração das bacias, que na verdade seria a fragmentação do território brasileiro, acarretaria rumos negativos para a *evolução brasileira*. Todo o seu discurso foi “montado” na visualização de uma paisagem natural – que faz parte da constituição desse espaço – e reconstruído sobre um discurso geopolítico de integração e unidade do território: nesse caso através das águas¹³.

Considerações Finais

Enfim, devemos considerar que todo esse processo de integração e formação territorial foram de suma importância para o discurso geopolítico da integração e manutenção da extensão territorial, nas quais as redes hidrográficas foram fundamentais, pois foi através de rios naturalmente navegáveis que os colonizadores penetraram tornando assim um sistema de articulação econômica do país, ou seja um eixo de ligação com as demais áreas, sendo assim conclui-se que as condições naturais influenciaram na forma de ocupação e formação do território desde o início da colonização. Diante do contexto apresentado podemos perceber de forma explícita que a defesa da pequena propriedade estava casada com o discurso do progresso capitalista pois os países centrais da economia apresentavam sua estrutura fundiária baseada na pequena propriedade.

Agradecimentos

¹³ Nelson Werneck Sodré nesta obra também discute a integração e a não fragmentação do território brasileiro através das ferrovias.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Estadual de Goiás – campus Itapuranga, pelo grande trabalho que fazem no decorrer do ano com os alunos com seu desenvolvimento profissional.

Referências

- ANSELMO, R.C.M.S. *Oliveira Vianna e a Unidade – Identidade do Espaço Brasileiro*. 1995. 142 f. Dissertação de Mestrado (Área de concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.
- CAMILO, J. Em busca do país das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*: Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.
- KANTOR, I. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, Vol.23, nº37: p.70-80, Jan/Jun 2007.
- MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil(1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MORAES, A.C.R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.
- SODRÉ, N.W. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.